

ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/205 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06/2025

O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.991.287/0001-75, com sede administrativa na Rua João da Silva Calomeno nº 243, Centro, representado neste ato por seu Prefeito Municipal Sr. MICHEL MOREIRA DA SILVA, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, comunica que está procedendo ao Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA E/OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO OFICINEIROS DE ESCOLINHA DE FUTSAL, VOLEIBOL, KARATÊ, BALLET, PATINAÇÃO, FANFARRA, DANÇAS COREOGRAFADAS, **DANÇAS** KIDS, **GINASTICA** MARCIAL, FONOAUDIOLOGIA. VIOLÃO/GAITA, VIOLÃO/TECLADO E SOCIOEDUCATIVA, NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, (EXCETO MEI) no período de 17 de fevereiro até 31 de dezembro de 2025 em horário comercial (08:30 as 12:00 e das 13:00 as 17:00) a título precário e sem vínculo empregatício sendo que o prestador de serviço não é exclusivo do município.

1.DA PREVISÃO LEGAL

- 1.1–O credenciamento resulta no interesse da administração em colocar à disposição serviços diversos, encontrando respaldo legal no art. 197 da Constituição Federal, e art. 6°, inciso XLIII, da Lei Federal n° 14.133/2021. O credenciamento se caracteriza como relação contratual de prestação de serviços;
- 1.2 Os serviços e valores fixados serão distribuídos de forma proporcional e igualitários entre os credenciados contratados.
- 1.3 O Município poderá celebrar contrato de prestação de serviços, com os credenciados considerados habilitados, mediante inexigibilidade de licitação (art. 6°, inciso XLIII da Lei n° 14.133/2021).

2. DO OBJETO

2.1 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA E/OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO OFICINEIROS DE ESCOLINHA DE FUTSAL, VOLEIBOL, KARATÊ, BALLET, PATINAÇÃO, FANFARRA, DANÇAS COREOGRAFADAS, DANÇAS KIDS, GINASTICA MARCIAL, FONOAUDIOLOGIA, VIOLÃO/GAITA, VIOLÃO/TECLADO E SOCIOEDUCATIVA NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA



lei 14.133/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

BELLARAMENTO BE COMMITTED ELOTATION CO

SOCIAL, para ano de 2025 e os seguintes, observando o limite de prazo estabelecido no art. 79 inciso I pela

2.2 - Os serviços credenciados serão prestados através de locais apropriados, ferramentais, equipamentos e

mão de obra necessários à plena execução dos serviços.

2.3 - Os serviços serão executados em local designado pela Secretaria solicitante, conforme cronograma

elaborado, o qual poderá sofrer alterações de horários, dia e local. As oficinas poderão ocorrer inclusive aos

finais de semana;

2.4 – O profissional deverá despertar interesses inerentes ao desenvolvimento social e humano ao público

alvo (crianças, adolescentes, mulheres e idosos), possibilitando aos mesmos conhecimentos de suas aptidões

e o desenvolvimento de seus talentos, buscando transformá-los em agentes ativos em nossa sociedade.

2.5 - O Município reserva-se o direito de fiscalizar a prestação dos serviços através de fiscal designado,

sendo que em caso de desatendimento aos requisitos constantes no presente Edital ou havendo inadequada

prestação do serviço credenciado, o Município, através de procedimento administrativo específico,

assegurada a ampla defesa e o contraditório poderá proceder ao descredenciamento da empresa;

2.6 - É de responsabilidade exclusiva e integral do Credenciado a utilização de pessoal técnico e habilitado

para a execução do objeto contratado, bem como a quitação dos encargos trabalhistas, previdenciários,

sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma

hipótese poderão ser transferidos para o Município.

3 -DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 –Poderão credenciar-se a prestar os serviços, pessoas físicas, e/ou jurídicas, privadas ou públicas, desde

que apresentada toda a documentação necessária, sendo que o credenciamento se dará após a aprovação do

pedido de inscrição na forma deste edital, com análise técnica e deferimento do requerimento.

3.2 – A Contratada deverá prestar serviços mediante autorização de fornecimento;

3.3 -O credenciamento não será processado por seleção dos inscritos, mas concedido a todos aqueles que

preencham os requisitos exigidos e aceitem as demais condições estabelecidas neste Edital e nos Termos da

Minuta de Contrato a serem firmados entre as partes.

3.2 – Será vedada a participação de empresas quando:

a) Constituídas na forma de consórcio;



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEI ARTAMENTO DE COMI RAC EIGITAÇÕES E CONTRATOS

b) Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública federal, estadual, municipal ou que

estejam cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração pública acima referida;

c) Detenha objeto social diverso do deste Edital.

d) Pessoa física e/ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação

em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao INTERESSADO que atue em substituição a outra pessoa

jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora,

controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da

personalidade jurídica do INTERESSADO (art. 14, § 3°).

e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil

com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação

ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em

linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

f) Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em

linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou

de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

g) Vedada a subcontratação de pessoa jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de

natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade

contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão

do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade,

até o terceiro grau.

4 - CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

4.1 – O interessado que tiver interesse em ser credenciado deverá encaminhar a documentação no local e

horário indicado no preâmbulo, em envelope devidamente lacrado, a qual terá caráter sigiloso até o

momento em que o agente de Contratação receberá, examinará e julgará os documentos, podendo ser

disponibilizada estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.2 Por analogia ao art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos

responsáveis;

Rua. João da Silva Calomeno, 243 - 89535-000 - Ponte Alta do Norte, SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEI ARTAMENTO DE COMITINO EICHTAÇOEC E CONTRATOC

II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional,

ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação

do interessado ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento do processo

ou a invalidação do processo;

IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente

da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade

por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo

imposição legal;

VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa jurídica em meio eletrônico, mediante

certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

4.3 - O interessado em ser credenciado deverá apresentar a seguinte documentação:

4.3.1) HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Termo de Adesão ao credenciamento, conforme modelo em anexo;

b) Declaração conjunta conforme anexo.

4.3. 2 Quanto a Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se

tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de

eleição de seus atuais administradores, ou;

b) Registro Comercial, no caso de empresário individual,

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em

exercício, ou;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País,

e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade

assim o exigir;

4.1.3.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva

consolidação.

Rua. João da Silva Calomeno, 243 - 89535-000 - Ponte Alta do Norte, SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEI ARTAMENTO DE GOMI RAG EIGHTAGOLO E GONTRATOG

4.3.3 - Quanto a Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), se pessoa jurídica, atualizado;
- b) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
- e) Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 67, IV, da Lei 14.133/2021).

4.3.4 - Quanto a Regularidade Econômico-Financeira:

- a) Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresso.
- b) Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento.

4.3.5 - Quanto a Qualificação Técnica:

a) Comprovação de capacidade para a execução do objeto deste Edital (Atestado de Capacidade Técnica), mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, serviços da mesma natureza ou similares ao objeto do presente Edital (art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021).

4.3.6. O interessado deverá declarar, em documento único (conforme modelo):



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEFARTAMIENTO DE COMPINAS EIGITAÇÕES E CONTINATOS

a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

- b) Não possui, em seu quadro funcional, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) A inexistência de quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Ponte Alta do Norte ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e) Que não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f) Que está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Lei nº 13.709/2018;
- g) Que a empresa conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h) Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 4.3.6.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 4.3.6.2 Os documentos expedidos com validade, deverão estar em vigor na data de sua apresentação. Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade. Se a validade não constar de algum documento, será considerado válido por um período de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.
- 4.3.6.3 O proponente ficará sujeito à desclassificação caso o agente de contratação constate a existência de fato superveniente, com relação à documentação apresentada, ou qualquer outro fato que a desclassifique.
- 4.3.6.4 A habilitação dos licitantes, fica condicionada ainda, a consulta efetuada pela Administração Pública Municipal no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ressaltando que em caso de



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEL MICHIMIENTO DE GOMINARO EIGHTAGOLO E GONTANTOGO

ter sido declarada inidônea em outros entes públicos, referida empresa não estará habilitada para participar da licitação (art. 23, Lei Anticorrupção).

4.3.7 Documentação para pessoa física:

- a) Termo de Adesão ao credenciamento, conforme modelo em anexo;
- b) Declaração conjunta conforme anexo.
- c) Identificação Pessoal: Apresentação de uma fotocópia da Carteira de Identidade.
- d) Cadastro de Pessoa Física: Apresentação de uma fotocópia do CPF.
- e) Comprovante de Residência
- f) Cópia do Cartão do PIS/PASEP ou Nº do NIT
- g) Certidão negativa de débitos do município, com data atualizada/válida;
- h) Certidão negativa de débitos da secretaria da fazenda estadual, com data atualizada/válida;
- i) Certidão negativa de débitos da secretaria da fazenda federal, com data atualizada/válida;
- j) Documentos comprobatórios da qualificação e experiência do candidato, demonstrando sua aptidão para desenvolver atividades na área de oficina selecionada.
- k) Comprovação de capacidade para a execução do objeto deste Edital (Atestado de Capacidade Técnica), mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, serviços da mesma natureza ou similares ao objeto do presente Edital (art. 67, inciso II, da Lei 14.133/2021).
- l) Declaração de Não Vinculação com a Administração Pública Municipal: Entrega da declaração, sob as penalidades da lei, de que o candidato não é funcionário público municipal de Ponte Alta do Norte/SC.
- 4.3.8 O envelope deverá ser lacrado e indevassável, com a seguinte inscrição:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE.

Razão social da Empresa – Município e endereço da empresa Credenciamento N° 01/2025

Denominação do Envelope: DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

4.3.7 Será considerada credenciada a pessoa física e/ou jurídica, que atender aos requisitos de habilitação sendo que não há competição de preços por se tratar de credenciamento para prestação de serviços por preço pré-definido.



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEI ARTAMENTO DE COMI RAC EIGITAÇÕES E CONTRATOS

4.3.8 Em vista da espécie do presente procedimento de credenciamento, mormente em razão dos princípios constitucionais da impessoalidade e legalidade, todo e qualquer interessado que preencha os requisitos, mas não tenha se credenciado, poderá fazê-lo a qualquer tempo, durante o horário de expediente, considerando,

em qualquer caso, os mesmos critérios deste estabelecidos em edital.

6. JULGAMENTO:

6.1. A Agente de Contratação examinará a documentação apresentada, decidirá sobre a habilitação ou

inabilitação dos proponentes, e dará ciência aos proponentes da decisão e de sua motivação na Ata de

Julgamento, que será disponibilizada no site do Município: www.pmpan.sc.gov.br, bem como publicado o

extrato do julgamento na forma da Lei, informando o prazo para a interposição de recursos.

6.2. Serão inabilitados os proponentes que não atenderem às condições previstas neste Edital, e aqueles que

apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras, entrelinhas ou cancelamentos, emendas,

ressalvas ou omissões, que a critério do Agente de Contratação, comprometam seu conteúdo.

6.2.1. A CREDENCIANTE que restar inabilitada no certame, poderá, a qualquer tempo, reapresentar os

documentos de habilitação para credenciamento.

6.3. A Agente de Contratação poderá durante a sessão verificar a regularidade dos documentos disponíveis

para consulta on-line que não forem previamente apresentados pelo(s) proponente(s) ou que forem

apresentados vencidos ou positivos.

6.3.1. No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de

não terem apresentado o documento ou terem apresentado com restrição.

7-DOS VALORES E CRITÉRIO DE REAJUSTE

7.1 - Os preços de referência a ser pago pelo Município de Ponte Alta do Norte foram extraídos de

orçamentos elaborados nos Municípios sede da prestação dos serviços e municípios vizinhos;

7.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante,

do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo dos últimos 12 (doze) meses,

exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos

financeiros do último reajuste.

7.4 Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de

reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEL ARTHURE TO DE COMMITO DE EIGHT AGOE DE CONTINUTO

ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

8-VIGÊNCIA E PRAZO PARA CREDENCIAMENTO

8.1 -Os interessados terão todo o prazo de vigência do Edital, que é o exercício financeiro de 2025, para

credenciarem-se objetivando contratar com o Município de Ponte Alta do Norte, e o prazo inicia-se a partir

da data de publicação do resumo deste edital na imprensa oficial do município.

8.2 -Estarão credenciados a realizar os serviços objetos deste Edital as empresas que apresentarem

corretamente a documentação exigida, concordando com os valores propostos pelo Município.

9-DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS RESPONSABILIDADES

9.1 Os serviços credenciados serão prestados através de locais apropriados, oferecidos pela

CREDENCIANTE;

9.2 É de responsabilidade exclusiva e integral do Credenciado a utilização de pessoal técnico e habilitado

para a execução do objeto contratado, bem como a quitação dos encargos trabalhistas, previdenciários,

sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma

hipótese poderão ser transferidos para o Município.

9.3 Os serviços poderão ser realizados durante os dias da semana e finais de semana, conforme as

necessidades do Município.

9.4 O Município reserva-se o direito de fiscalizar a prestação dos serviços através de fiscal de cada secretaria

solicitante, sendo que em caso de desatendimento aos requisitos constantes no presente Edital ou havendo

inadequada prestação do serviço credenciado, o Município, através de procedimento administrativo

específico, assegurada a ampla defesa e o contraditório poderá proceder ao descredenciamento da empresa.

9.5 Os direitos e obrigações decorrentes deste Edital serão objeto de Termo de Credenciamento, na forma

da minuta em anexo, o qual conterá as cláusulas e disposições expressas neste Edital.

9.6 O Termo de Credenciamento firmado poderá ser rescindido antes do termo final, desde que com prévio

aviso justificado, por escrito, de no mínimo 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.

9.7 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ou CPF - Cadastro de Pessoa física

constante da nota fiscal/fatura deverá ser aquele fornecido na fase do credenciamento;

9.8 O pagamento será efetuado em até 15 dias após o recebimento da Nota Fiscal, sem que haja incidência

de juros ou correção monetária, mediante apresentação tempestiva da documentação exigida.



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

10-DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

- 10.1 –O termo de credenciamento poderá ser rescindido unilateralmente pelo gestor municipal, a qualquer momento, atendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela unilateral rescisão, exceto aos serviços já prestados;
- 10.2 —O Descredenciamento poderá ser efetuado de maneira amigável quando da notificação de qualquer das partes com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devidamente formalizada por protocolo junto a Secretaria de Administração.
- 10.3 –São motivos para descredenciamento da empresa credenciada:
- a) falta de manutenção dos documentos habilitação, quando exigido, nos termos deste instrumento;
- b) a prática de ato irregular ou a omissão na prestação do serviço conforme o estabelecido neste Edital;
- c) cobrança extra dos serviços;
- d) avaliação insuficiente dos usuários do serviço.

11-DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 —Os Contratos decorrentes do presente Edital poderão ser rescindidos, independentemente de qualquer notificação judicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 156 da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores.

12-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1) O INTERESSADO ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):
- I Dar causa à inexecução parcial do contrato:
- II Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEFARTAMIENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

- VIII Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013 Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências
- 12.2 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):
- I A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II As peculiaridades do caso concreto;
- III As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.3 É admitida a reabilitação do INTERESSADO ou contratado perante o Município de Ponte Alta do Norte, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021):
- I Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II Pagamento da multa;
- III Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

13-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 —Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2025.

14-DA FORMA DE PAGAMENTO



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEI ARTAMENTO DE COMI RAC EICHTAÇOEC E CONTRATOC

14.1 -O pagamento será efetuado em até quinze dias do mês subsequente ao do fornecimento objeto deste

edital, mediante a apresentação de toda a documentação exigida.

14.2 - O pagamento dos serviços prestados pelas empresas credenciadas, será realizado mensalmente,

mediante a conferência das autorizações assinadas pelo servidor responsável.

14.3 – Após a conferência, a Secretaria solicitante emitirá a respectiva Solicitação de Fornecimento que será

enviada para a empresa, para emissão da Nota Fiscal que, após apresentada, seguirá para o processo de

empenho e pagamento.

14.4 - A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo de credenciamento, descrição

completa conforme autorização de fornecimento, dados bancários, em nome de PREFEITURA

MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE, Rua João da Silva Calomeno, 243 - CNPJ 95.991.287/0001-

75.

14.5 - Sobre o valor do crédito pago e previsto, será observado o que estabelecem as legislações vigentes

quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos fiscais,

tributários e previdenciários.

15-DO FORO

15.1 -Para dirimir toda e qualquer questão que derivar do Contrato decorrente deste Edital de Chamada

Pública, fica eleito o foro de Curitibanos, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de

qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16-DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

16.1 - Aplicam-se a execução deste instrumento e aos casos omissos as normas da Lei 14.133/2021 e

alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as

disposições do direito privado.

16.2 – Fica expressamente vedado o cometimento a terceiros (subcontratação) da execução dos serviços

prestados mediante credenciamento.

16.3 - O Credenciado não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato,

sem prévia e expressa anuência do Município;

16.4 -Outras informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, sito à Rua João da Silva

Calomeno, 243, Centro, Ponte Alta do Norte/SC. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rua. João da Silva Calomeno, 243 - 89535-000 - Ponte Alta do Norte, SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Ponte Alta do Norte, 13 de fevereiro de 2025.

MICHEL MOREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06/2025 ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Os preços de referência a ser pagos pelo Município de Ponte Alta do Norte foram extraídos de orçamentos elaborados nos Municípios da região e sede da prestação dos serviços, assim sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
		UNITÁRIO
01	EDUCADOR FÍSICO – Voleibol: Profissional com capacidade técnica, qualificado. Cursando a partir da 4ª fase do curso de Educação Física ou ter concluído a graduação. Experiência comprovada; Horas semanais: Até 10 horas + campeonatos.	R\$5 0,00 h/a
02	EDUCADOR FÍSICO Futsal: Profissional com capacidade técnica, qualificado, habilitado em Educação Física, com bacharelado, possuindo o registro ativo no CREF da sua região. Horas semanais: Até 20 horas + campeonatos.	R\$50,00 h/a
03	KARATÊ E GINASTICA MARCIAL - Karatê e Ginastica Marcial: Profissional com capacidade técnica, qualificado, com federação de karatê, possuindo o registro ativo no CREF da sua região, com certificações de workshops, cursos, seminários especializados em ensino Ginastica Marcial e Karatê e comprovação de experiencia para ministrar as aulas; Horas semanais: Até 16 horas	R\$50,00 h/a
04	Balé: Profissional com capacidade técnica qualificado, com certificações de escolas, academias ou programas de dança, referências ou recomendações de outros profissionais da área de dança escolas de dança, academias. Horas semanais: Até 12 horas.	R\$50,00 h/a
05	PATINAÇÃO - Profissional qualificado, com certificações de workshops, cursos, seminários especializados em ensino de patinação e comprovação de experiencia para ministrar as aulas; Horas semanais: Até 08 horas.	R\$50,00 h/a
06	SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA - Diploma de Graduação em fonoaudiologia devidamente registrado, expedido por instituição de ensino reconhecido pelo MEC, e registro no Conselho competente.	R\$5 0,00 h/a



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

	Horas semanais: Até 08 horas.	
07	DANÇA - Profissional com capacidade técnica qualificado, habilitado em Educação Física, com bacharelado, possuindo o registro ativo no CREF da sua região. Com certificação de workshops, cursos ou seminários especializados em ensino de danças urbanas, expressão corporal infantil e dança como base para a educação. Horas semanais: 20 horas.	R\$50,00 h/a
08	DANÇA KIDS - Profissional com capacidade técnica qualificado, com certificação de workshops, cursos ou seminários especializados em ensino de dança, participações em eventos municipais, regionais e culturais de dança. Horas semanais: Até 08 horas	R\$50,00 h/a
09	FANFARRA - Profissional com capacidade técnica qualificado, com certificação de workshops, cursos ou seminários especializados em ensino de fanfarra ou comprovação de regência de bandas marciais, técnicas específicas de instrumentos utilizados em fanfarras. Horas semanais: Até 08 horas.	R\$5 0,00 h/a
10	VIOLÃO / GAITA - Profissional qualificado, com certificações de workshops, cursos, seminários especializados em ensino de violão, gaita ou pedagogia musical e comprovação de experiencia para ministrar as aulas; Horas semanais: Até 08 horas.	R\$5 0,00 h/a
11	VIOLÃO / TECLADO - Profissionais qualificados com certificação em workshops, cursos e seminários especializados, além de experiência comprovada em ensino musical. As oficinas de violão e teclado têm como objetivo promover o desenvolvimento artístico, cultural e a inclusão social, fortalecendo a autoestima e incentivando o crescimento musical. Cada oficina tem carga de 2 horas por sessão, realizadas duas vezes por semana durante 11 meses, com foco em crianças, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade social. Os professores são qualificados, com formação ou em formação em música, e devem providenciar substitutos qualificados em caso de ausência. O ensino abrange a estrutura do instrumento, teoria musical, técnica, acordes e ritmos. Horas semanais: Até 08 horas	R\$50,00 h/a
12	Horas semanais: Até 08 horas. OFICINA SOCIOEDUCATIVA: Profissional qualificado, com ensino médio completo, e cursando nível superior. As oficinas serão realizadas no CRAS e no Centro Dona Irene, com objetivo de oferece atividades as crianças e adolescentes para melhorar o desenvolvimento social e educacional.	R\$50,00 h/a



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Com duração de 11 meses, as oficinas acontecem nas terças e quintasfeiras, para os grupos do serviço de convivência e fortalecimento de vinculo (SCFV). Horas semanais: Até 08 horas

Considerando a pesquisa de mercado efetuada nos municípios vizinhos (São Cristóvão do Sul, Curitibanos e do próprio município do edital 01/2024) o valor estimado desta contratação será de R\$ 337.200,00. Sendo pago R\$ 50,00 a hora a aula.

Realizou-se análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados

Os serviços serão de preferência de segunda a domingo, no horário a declarar.

As quantidades consideradas na tabela acima e custos visam somente oferecer aos interessados elementos para avaliação do potencial de serviços. Estas quantidades, não constituem sob nenhuma hipótese, garantia de volume de serviço a ser requisitado, reservando-se a Administração do Município de Ponte Alta do Norte/SC, o direito de adaptação às suas necessidades conforme a demanda gerada.

O presente credenciamento se manterá aberto, permitindo que, a qualquer momento, novos interessados se habilitem (condicionado ao preenchimento das exigências edilícias), atendendo, assim, a razão autorizada de sua instituição, qual seja, obter o maior número de fornecedores ou prestadores, sem que um exclua a atuação do outro, de modo a satisfazer plenamente o interesse público envolvido.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

As atividades desenvolvidas pelos oficineiros desempenham um papel fundamental na promoção da mediação cultural e artística, garantindo o acesso da comunidade local às diversas manifestações culturais, como previsto na legislação. Através de oficinas de artes visuais, música, dança e teatro, os oficineiros estimulam a criatividade, a expressão individual e a interação social.

Paralelamente, a fonoaudiologia contribui significativamente para o desenvolvimento integral dos alunos da rede municipal, atuando na prevenção e tratamento de distúrbios da fala, linguagem e audição. Ao trabalhar a comunicação oral e escrita, os fonoaudiólogos auxiliam os alunos a se expressarem de forma clara e eficaz, favorecendo seu desempenho escolar e social.

A sinergia entre essas duas áreas é promissora. Atividades artísticas, por exemplo, podem ser utilizadas como ferramentas terapêuticas na fonoaudiologia, estimulando a produção de sons, a prosódia e a fluência. Além disso, a participação em atividades culturais pode proporcionar aos alunos com



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEL TITUTA DE COMITATO EICHT QUE DE CONTINUTO

dificuldades de comunicação a oportunidade de se expressarem de forma alternativa, fortalecendo sua

autoestima e inclusão social.

RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de oficineiros permitirá que ofereçamos oficinas de música, karatê, patinação, futsal,

voleibol, dança, fonoaudiologia entre outros... proporcionando às nossas crianças um espaço seguro e

criativo para se desenvolverem, além de prevenir o envolvimento em atividades de risco e fortalecer o tecido

social da comunidade. Investindo na contratação de oficineiros, ofereceremos aos nossos alunos a

oportunidade de explorar novas habilidades e talentos através de oficinas que complementam o aprendizado

em sala de aula, estimulando a criatividade e o desenvolvimento integral.

VIGENCIA

O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que

comprovado o preço vantajoso, conforme art. 105 da Lei 14.133/2021.

ANÁLISE DE RISCOS.

Dispensado o mapa de riscos em consonância ao §3º do art. 117 da Lei 14.133/2021, tendo em vista a

complexidade, relevância e valor do objeto de contratação, que podem ser gerenciados os riscos na efetiva

fiscalização e gestão do contrato.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária com recursos próprios,

prevista no orçamento Municipal para o exercício de 2025.

Ponte Alta do Norte, 13 de fevereiro de 2025.

MICHEL MOREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06/2025

ANEXO II TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

À Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte setor de Credenciamento

Ref. EDITAL DE CREDENCIAMENTO n°. 01/2025.

	, inscrit	o no CNPJ _		,situado	a Rua: _	 	
telefone	representada n	este ato pelo ser	nhor	, CPF		, RG	
EMPRESÁRIO,	pelo presente,	atendendo ac	EDITAL	DE CHA	AMADA	PÚBLICA	PARA
CREDENCIAME	NTO N°. 01/2025	5, vem manifest	ar seu intere	sse CREDE	NCIAME	NTO DE PE	SSOAS
FÍSICA E/OU J	URÍDICAS, PA	RA PRESTAÇ	ÇÃO DE S	ERVIÇOS	COMO	OFICINEIR	OS DE
VIOLÃO/GAITA	, BALÉ, FANFA	ARRA, FONO	AUDIÓLOGA	A, GINÁST	ΓICA MA	RCIAL, KA	ARATÊ
PATINAÇÃO, FA	ANFARRA, DAN	ÇAS COREOG	RAFADAS,	DANÇAS	KIDS, FU	JTSAL, VOL	LEIBOL
E OFICINA SÓC	IO-EDUCATIVA	NAS SECRET	ARIAS DE I	EDUCAÇÃ	O, CULT	URA E DES	PORTO
E SECRETARIA	DE ASSISTÊNCI	IA SOCIAL, par	ra ano de 202	5, de acordo	o com a ne	cessidade e d	lemanda
gerada, nos valor	res fixados na T	ABELA ABAI	XO, conform	ne discrimi	nação, ap	orovação, sol	icitação
mediante emissão	de cada SF _ Soli	citação de Forno	ecimento e q	uantidades a	qui merar	mente estima	das.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
		UNITÁRIO
01	EDUCADOR FÍSICO – Voleibol: Profissional com capacidade técnica, qualificado. Cursando a partir da 4ª fase do curso de Educação Física ou ter concluído a graduação. Experiência comprovada; Horas semanais: Até 10 horas + campeonatos.	R\$50,00 h/a
02	EDUCADOR FÍSICO Futsal: Profissional com capacidade técnica, qualificado, habilitado em Educação Física, com bacharelado, possuindo o registro ativo no CREF da sua região. Horas semanais: Até 20 horas + campeonatos.	R\$5 0,00 h/a
03	KARATÊ E GINASTICA MARCIAL - Karatê e Ginastica Marcial: Profissional com capacidade técnica, qualificado, com federação de karatê, possuindo o registro ativo no CREF da sua região,	R\$50,00 h/a

Rua. João da Silva Calomeno, 243 - 89535-000 - Ponte Alta do Norte, SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

	com certificações de workshops, cursos, seminários especializados em ensino Ginastica Marcial e Karatê e comprovação de experiencia para ministrar as aulas; Horas semanais: Até 16 horas	
04	Balé: Profissional com capacidade técnica qualificado, com certificações de escolas, academias ou programas de dança, referências ou recomendações de outros profissionais da área de dança escolas de dança, academias. Horas semanais: Até 12 horas.	R\$5 0,00 h/a
05	PATINAÇÃO - Profissional qualificado, com certificações de workshops, cursos, seminários especializados em ensino de patinação e comprovação de experiencia para ministrar as aulas; Horas semanais: Até 08 horas.	R\$5 0,00 h/a
06	SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA - Diploma de Graduação em fonoaudiologia devidamente registrado, expedido por instituição de ensino reconhecido pelo MEC, e registro no Conselho competente. Horas semanais: Até 08 horas.	R\$5 0,00 h/a
07	DANÇA - Profissional com capacidade técnica qualificado, habilitado em Educação Física, com bacharelado, possuindo o registro ativo no CREF da sua região. Com certificação de workshops, cursos ou seminários especializados em ensino de danças urbanas, expressão corporal infantil e dança como base para a educação. Horas semanais: 20 horas.	R\$5 0,00 h/a
08	DANÇA KIDS - Profissional com capacidade técnica qualificado, com certificação de workshops, cursos ou seminários especializados em ensino de dança, participações em eventos municipais, regionais e culturais de dança. Horas semanais: Até 08 horas	R\$50,00 h/a
09	FANFARRA - Profissional com capacidade técnica qualificado, com certificação de workshops, cursos ou seminários especializados em ensino de fanfarra ou comprovação de regência de bandas marciais, técnicas específicas de instrumentos utilizados em fanfarras. Horas semanais: Até 08 horas.	R\$5 0,00 h/a
10	VIOLÃO / GAITA - Profissional qualificado, com certificações de workshops, cursos, seminários especializados em ensino de violão, gaita ou pedagogia musical e comprovação de experiencia para ministrar as aulas;	R\$5 0,00 h/a



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

	Horas semanais: Até 08 horas.	
11	VIOLÃO / TECLADO - Profissionais qualificados com certificação em workshops, cursos e seminários especializados, além de experiência comprovada em ensino musical. As oficinas de violão e teclado têm como objetivo promover o desenvolvimento artístico, cultural e a inclusão social, fortalecendo a autoestima e incentivando o crescimento musical. Cada oficina tem carga de 2 horas por sessão, realizadas duas vezes por semana durante 11 meses, com foco em crianças, adolescentes e adultos em situação de vulnerabilidade social. Os professores são qualificados, com formação ou em formação em música, e devem providenciar substitutos qualificados em caso de ausência. O ensino abrange a estrutura do instrumento, teoria musical, técnica, acordes e ritmos. Horas semanais: Até 08 horas.	R\$50,00 h/a
12	OFICINA SOCIOEDUCATIVA: Profissional qualificado, com ensino médio completo, e cursando nível superior. As oficinas serão realizadas no CRAS e no Centro Dona Irene, com objetivo de oferece atividades as crianças e adolescentes para melhorar o desenvolvimento social e educacional. Com duração de 11 meses, as oficinas acontecem nas terças e quintasfeiras, para os grupos do serviço de convivência e fortalecimento de vinculo (SCFV). Horas semanais: Até 08 horas	R\$5 0,00 h/a

Declaro que conhecemos e aceitamos plenamente todas as condições estipuladas no Edital de CREDENCIAMENTO N.º 01/2025, todas as suas obrigações e demais exigências, bem como aos preços aqui fixados a serem praticados exclusivamente conforme consta na tabela abaixo do qual temos pleno conhecimento. Para tanto, apresentamos anexa, toda documentação exigida para o referido credenciamento.

 de	de 2025.



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

-----**,**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06/2025

ANEXO III DECLARAÇÃO UNIFICADA

À Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte setor de Credenciamento

Ref.: Edital de Credenciamento nº 01/2025

(Nome/Razão Social)		, inscrita no
CPF/CNPJ n°	, com endereço	
	, na cidade de	, por seu
representante legal, CPF	e portador do RG	, que ao final subscreve,
DECLARA EXPRESSAMENTE	a quem interessar possa e para fins de	atendimento do edital e processo

em referência, QUE:
a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabamo noturno, perigoso ou insatubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- b) Não possui, em seu quadro de funcionários, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Ponte Alta do Norte ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Lei nº 13.709/2018;
- g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Nome e assinatura do representante legal da empresa



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06/2025

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO INCIDÊNCIA NA FONTE DO IRPJ

(Razão Social)			, ·	inscrita no CNPJ nº
	, sed	iada no endereço		, na
		oor seu representante lega		
	_	eve, DECLARA EXPRE	_	
	-	ocial sobre o Lucro Lí	•	• •
	_	ofins), e da Contribuição		
		996, que é regularmente	•	•
•		es devidos pelas Microe	•	-
Simples Nacional, de	e que trata o art. 12	da Lei Complementar nº	123, de 14 de dezemb	ro de 2006.
Para esse efeito, a de	eclarante informa qu	ie:		
I - Preenche os segui	ntes requisitos:			
a) conserva em boa	ordem, pelo prazo d	le 5 (cinco) anos, contado	o da data da emissão,	os documentos que
comprovam a origen	n de suas receitas e	a efetivação de suas despo	esas, bem como a real	ização de quaisquer
outros atos ou operaç	ções que venham a i	modificar sua situação pa	trimonial; e	
b) cumpre as obrigaç	ções acessórias a que	e está sujeita, em conforn	nidade com a legislaçã	ăo pertinente;
II - o signatário é rep	oresentante legal des	sta empresa, assumindo o	compromisso de info	rmar à Secretaria da
Receita Federal do	Brasil e à pessoa j	urídica pagadora, imedia	itamente, eventual de	senquadramento da
presente situação e es	stá ciente de que a fa	alsidade na prestação dess	sas informações, sem j	prejuízo do disposto
no art. 32 da Lei n	° 9.430, de 1996,	o sujeitará, com as dem	ais pessoas que para	ela concorrem, às
penalidades prevista	ıs na legislação cri	minal e tributária, relati	vas à falsidade ideo	lógica (art. 299 do
Decreto-Lei nº 2.848	3, de 7 de dezembro	de 1940 - Código Penal)	e ao crime contra a o	rdem tributária (art.
1° da Lei n° 8.137, de	e 27 de dezembro de	e 1990).		
,	de	de 2025.		
	Nome e accinati	ıra do representante legal	da empresa CPF:	
	1 TOTTIC C applifate	na ao representante tegar	aa ciiipicoa Ci i .	



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06/2025

ANEXO V MINUTA DO CONTRATO

O Município de Ponte Alta do Norte, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.991.287/0001-75,com sede administrativa na Rua João da Silva Calomeno, 243 Centro, Ponte Alta do Norte/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Michel Moreira da Silva, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado: [...] doravante denominada simplesmente de CONTRATADO(A), ajustam e contratam a prestação de serviços, nos moldes do Edital de Credenciamento nº01/2025, bem como Processo Licitatório 6/2025, regendo por este contrato firmado com base na Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA -DO OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA E/OU JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO OFICINEIROS DE VIOLÃO/GAITA, BALÉ, FANFARRA, FONOAUDIÓLOGA, GINÁSTICA MARCIAL, KARATÊ, PATINAÇÃO, FANFARRA, DANÇAS COREOGRAFADAS, DANÇAS KIDS, FUTSAL, VOLEIBOL E OFICINA SÓCIO-EDUCATIVA NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para ano de 2025 conforme disposto no art. 79 inciso I pela lei 14.133/2021.

- ✓ Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- ✓ O Termo de Referência
- ✓ O Edital da Licitação;
- ✓ Eventuais anexos dos documentos supracitados.

A EXECUÇÃO DO OBJETO do presente Contrato se dará de forma parcelada, na quantidade solicitada pela Secretaria e sem fixação de valor ou quantidade mínima.



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEL ARTA DE COMITATO DE COMITATO

CLÁUSULA SEGUNDA -DA EXECUÇÃO

- I O credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação de serviços;
- II O CREDENCIADO deverá manter durante a vigência deste Termo, às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;
- III Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço será de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

- a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE; e
- b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA -DO PAGAMENTO

Os serviços contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de serviços prestados, mensalmente, e, para o pagamento, a CREDENCIADA deverá apresentar a nota fiscal acompanhada das autorizações fornecidas pelas secretarias solicitantes, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, destacando a quantidade e valor. Os valores serão pagos a CREDENCIADA, mensalmente, até o 15º dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.

O número do CNPJ -Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –constante da nota fiscal/fatura deverá ser aquele fornecido na fase do credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA -DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

3.3.90.0000-Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

Inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEI ARTAMENTO DE COMI RAS EIGITAÇÕES E CONTRATOS

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2°, da Lei nº 14.133, de 2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4°, da Lei n° 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei n° 14.133, de 2021).

Multa:

Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- i) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de mora na assinatura deste ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- ii) Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato; iii) 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

a) Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEI ARTAMENTO DE COMI RAC EIGITAÇÕES E CONTRATOS

b) Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

c) O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

d) Se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação

esta obrigada a recomer a importancia devida no prazo de 10 (dez) dias deis, contado da comunicação

oficial.

Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao

Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação

integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9°, da Lei nº 14.133, de 2021).

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156,

§7°, da Lei n° 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis,

contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente

devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia

prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no

prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade

competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla

defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº

14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade

para licitar ou contratar.

CLÁUSULA SEXTA -DA RESCISÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou

extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 156 da Lei

14.133/2021 e alterações posteriores.

Parágrafo único: O Município não se obriga a contratar todos os serviços oferecidos, mas sim, a quantidade

que lhe interessar para atender a demanda.

Rua. João da Silva Calomeno, 243 - 89535-000 - Ponte Alta do Norte, SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEI ARTAMENTO DE COMITRAO EIGITAÇÕEC E CONTRATOC

O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA SÉTIMA -DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

O presente contrato terá vigência a partir da sua assinatura, e término previsto para xxxxxxxxx podendo ser aditivado na forma da Lei, prorrogável, a critério exclusivo de oportunidade e conveniência da Administração Municipal.

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma no Diário Oficial (DOM/SC), podendo ser prorrogada de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA -DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário através de cada Secretaria Solicitante.

CLÁUSULA NONA DO RECEBIMENTO

O recebimento do objeto seguirá o disposto nos artigos 140 da Lei 14.133/2021, e será realizado da seguinte forma:

Provisoriamente: pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEI ARTAMENTO DE COMI RAC EIGITAÇÕES E CONTRATOS

Definitivamente: até 10 (dez) dias úteis da prestação dos serviços/aquisição do/os produto/os, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No momento do recebimento do objeto, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reservase no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto contratado, obrigando-se o Contratado a promover a devida substituição ou adequação, quando for o caso.

No caso de considerada insatisfatória as condições dos serviços recebidos provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo os serviços serem readequados às exigências contratuais, independente das multas e cominações legais pelo descumprimento do contrato, das quais, poderão ser aplicadas de acordo com a norma legal vigente e contratual.

Por ocasião do recebimento do objeto, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo o Contratado da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o Fornecimento de materiais de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

O aceite do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência ou no Contrato, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Caso o objeto ou serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEL FIRTH MENTO DE COMI TOTO EICHTA QUE DE CONTINUTO

CLÁUSULA NONA -DAS CONDIÇÕES GERAIS

É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município.

CLÁUSULA DÉCIMA -DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Licitatório nº 06/2025, na modalidade de Credenciamento 01/2025, faz parte integrante do presente, como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Curitibanos/SC, que é comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02(duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Ponte Alta do Norte, xx de xxxxx de	x de 2025.		
Contratante			
Contratado			
Testemunhas:			
1Nome:			



ESTADO DE SANTA CATARINA DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

2	
Nome:	
DE.	